

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 7013/2023

**SISTEMA DE GESTÃO AUTOMATIZADO DE FARDAMENTO HOSPITALAR – SAMA
POCI-05-5762-FSE-000409 SAMA**

CADERNO DE ENCARGOS

**SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, E.P.E.**

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 7013/2023

SISTEMA DE GESTÃO AUTOMATIZADO DE FARDAMENTO HOSPITALAR – SAMA POCI-05-5762-FSE-000409

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO

O presente Caderno de Encargos tem por objeto o desenvolvimento e implementação de Sistema de Gestão Automatizado de Fardamento Hospitalar – SAMA, para o HDFF, EPE no âmbito do projeto POCI-05-5762-FSE-000409 SAMA, conforme especificações constantes no Anexo A.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designada por HDFF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica www.acingov.pt

ARTIGO 3.º

CONTRATO

1. O contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante designado por “CCP”, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as sucessivas alterações.
- c) À restante legislação e documentação aplicável.

2. Para efeitos da alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4, do art.º 96.º do CCP:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código;
- b) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

3. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas de b) a g) do n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

ARTIGO 4.º

PRAZO

O contrato mantém-se em vigor até à entrega e conclusão dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. O disposto no presente Caderno de Encargos deverá estar concluído, no prazo de 2 meses a contar da celebração do contrato.

ARTIGO 5.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação é Monofator, sendo densificado por um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

ARTIGO 6.º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
- b) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- d) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

- f) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

ARTIGO 7.º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao HDFF, EPE os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário para a sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita a conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o HDFF, EPE por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato, que exista no momento em que o bem é entregue.

ARTIGO 8.º

ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

1. Os bens objeto do contrato deve ser entregue e instalado nas instalações do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar todos os documentos, em papel e em formato eletrónico, em língua portuguesa, com exceção da documentação técnica que poderá ser em língua inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização, configuração e funcionamento da Plataforma.

ARTIGO 9.º

INSPEÇÃO E TESTES

1. Efetuada a entrega do bem e a sua instalação e configuração, o HDFF, EPE procederá, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos a contar da aceitação, à inspeção qualitativa do mesmo, com vista a verificar se corresponde ao estabelecido no Anexo A do Caderno de Encargos e se reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais nele definidos, bem como na proposta adjudicada, e outros requisitos exigidos na lei. Durante a fase de realização dos testes, o fornecedor deve prestar ao HDFF, EPE toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a sua realização, através de pessoal devidamente credenciado para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

4. O adjudicatário obriga-se à criação de um plano de testes que servirá para a aceitação dos subsistemas e projeto global. Este plano de testes deverá ser previamente validado pela entidade adjudicante.
5. O adjudicatário deverá garantir o suporte a todas as atividades realizadas descritas, até a aceitação ou rejeição da solução.

ARTIGO 10.º

ERROS, AVARIAS, INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS E REPARAÇÕES

1. No caso de os testes previstos no artigo anterior não comprovarem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo A do presente Caderno de Encargos, o HDFF, EPE deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo HDFF, EPE, às reparações, substituições ou serviços necessários para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações, substituições ou serviços necessários pelo fornecedor, no prazo respetivo, o HDFF, EPE procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos do artigo anterior.

ARTIGO 11.º

ACEITAÇÃO DOS BENS

Caso os testes a que se refere o artigo 10.º comprovem a total operacionalidade do bem e dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo A do presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar do final dos testes, uma declaração de aceitação pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E..

ARTIGO 12.º

TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o artigo anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens para o HDFF, EPE.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. O período de garantia inicia-se na data da aceitação do HDFF, EPE dos bens.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ARTIGO 13.º

GARANTIA TÉCNICA

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do presente procedimento, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daquele bem ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da entrega;
- g) A mão-de-obra.

3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo HDFS, EPE e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

ARTIGO 14.º

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Considera-se incluída na proposta toda a assistência técnica de prevenção assim como as reparações necessárias ao bom funcionamento do equipamento, durante o período de garantia previsto no artigo anterior.

ARTIGO 15.º

GARANTIA E CONTINUIDADE DE FABRICO

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram o bem pelo prazo mínimo estimado de vida útil do bem, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis, a contar da assinatura do auto de receção respetivo.

ARTIGO 16.º

PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário todos e quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

2. Caso o HDFF, EPE venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

ARTIGO 17.º

FORMAÇÃO

Após a instalação do equipamento, o Adjudicatário procederá à sua demonstração e realizará ações de formação para os utilizadores, em datas a acordar.

ARTIGO 18.º

OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao do HDFF, EPE, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

OBRIGAÇÕES DO HDFF, EPE

ARTIGO 19.º

PREÇO BASE

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes das peças que compõem o presente procedimento, o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e demais despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao HDFF, EPE.
3. Nos termos do previsto no artigo 47º do CCP, indica-se como preço base total do procedimento o valor de 364.125,00 € (trezentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e cinco euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
4. O preço base foi definido considerando a consulta preliminar efetuada.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ARTIGO 20.º

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

1. A quantia devida pelo HDFF, EPE deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas.
2. As faturas serão emitidas em função e na proporção dos serviços após confirmação pelo HDFF, EPE.
3. Em caso de discordância por parte do HDFF, EPE, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.
4. O HDFF, EPE não pagará os serviços sem prévia nota de encomenda/número de compromisso.
5. Todas as faturas deverão indicar o número da nota de encomenda, ou respetiva requisição de serviços que respeitem.
6. O prestador de serviços deverá encontrar-se em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigos 12.º e 14.º, integrados na Secção II do Capítulo 111, relativa a faturação eletrónica que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo HDFF, EPE (plataforma Saphety).
7. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador de serviços devidamente informado pelo HDFF, EPE do procedimento a seguir para proceder a faturação dos serviços prestados, mediante pedido de esclarecimento do prestador de serviços, a enviar para o endereço de correio eletrónico aprovisionamento@hdfigueira.min-saude.pt.
8. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura é paga através de transferência bancária.

PENALIDADES CONTRATUAIS

ARTIGO 21.º

INCUMPRIMENTO

1. O incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, dá ao HDFF, EPE o direito de adquirir os bens em falta diretamente a outro fornecedor, sendo da responsabilidade do fornecedor adjudicatário qualquer diferença de preço para mais resultante dessas aquisições.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o HDFF, EPE pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor dos fornecimentos em falta, com referência às quantidades estimadas levadas a concurso.
3. O HDFF, EPE pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o HDFF, EPE exija uma indemnização pelo dano excedente.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ARTIGO 22.º

CÁLCULO DE PENALIDADES

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \frac{V * A}{1000}$$

Na qual:

P é o montante da penalidade;

V é o valor do contrato ou do fornecimento dos bens, em atraso;

A é o número de dias em atraso

ARTIGO 23.º

SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO

Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária por razões imputáveis ao fornecedor, este indemnizará o HDFF, EPE, no valor correspondente a todos os encargos decorrentes da situação.

ARTIGO 24.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

ARTIGO 25.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, ao HDFF, EPE pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

ARTIGO 26.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 365 dias, excluindo juros.
 - b) O direito de resolução é exercido por via judicial.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao HDFF, EPE, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 26.º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 27.º

SEGUROS

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura de todos os riscos, através de contratos de seguro.
2. O HDFF, EPE, sempre que entender conveniente, pode exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo estabelecido.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ARTIGO 28.º

CESSÃO DE CRÉDITOS

Não é permitido qualquer cessão a terceiros, de créditos que o Adjudicatário venha a ter direito no âmbito da execução do presente contrato.

ARTIGO 29.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas aos responsáveis que vierem a ser identificados, através dos meios a definir no contrato a outorgar.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 30º

GESTOR DO CONTRATO

1. Ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, será nomeado um gestor do contrato, por forma a acompanhar de forma permanente a execução do contrato.
2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do adjudicatário e, quando justificado, a propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
3. O adjudicatário obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios necessários para o efeito.
4. O adjudicatário deve indicar, aquando da assinatura do contrato, o interlocutor que o representará no acompanhamento e gestão contratual.

ARTIGO 31.º

ALTERAÇÕES AO CONTRATO

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

c) Razões de interesse público.

4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

ARTIGO 32.º

AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

Fazendo cumprir o Procedimento de Qualidade interno, citamos "PQ.06.4" o qual visa Descrever a avaliação e seleção de Fornecedores, o circuito de compra de um produto/equipamento, sua receção e verificação, bem como, o armazenamento, e conforme deliberação do Conselho de Administração do HDFF, E.P.E, datada de 24 de fevereiro de 2020, com vista à avaliação dos Fornecedores Externos, todos os fornecedores serão avaliados numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito mau e 5 muito bom, considerando os seguintes critérios:

Critério a considerar	Fornecedor
Qualidade / Competência técnica do serviço / produto	
Capacidade de resposta	
Cumprimento de prazos	
Relação preço/qualidade do serviço/produto/equipamento	
Ser Certificado/ Acreditado	
Avaliação final (A / NA)	

ARTIGO 33.º

CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ARTIGO 34.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e na demais regulamentação do concurso e do contrato aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ANEXO A

1. Requisitos Técnicos

O HDFP, EPE, pretende implementar uma solução de gestão e rastreabilidade têxtil. Tal solução será abrangente contemplando hardware robotizado de dispensa de fardamento aos profissionais, fazendo também o controlo do circuito de lavandaria de todos os têxteis (externo ao Hospital) e o circuito de dispensa aos serviços. O sistema propõe-se considerar aos profissionais a entrega de fardamento limpo por troca com peça equivalente em sujo, considerando evidentemente, um número razoável de unidades e tipos por funcionário.

Propõe-se, também, avaliar a carga de utilização dos serviços da restante roupa hospitalar, conseguindo promover armazéns avançados nos vários serviços utilizadores e controlar de imediato as faltas com a consequente reposição.

Requisitos técnicos de hardware

- O equipamento deve permitir a dispensação unitária de fardamento.
- Fornecimento unitário de dispensador com capacidade mínima de 500 e máxima de 1000 unidades.
- O dispensador deve poder armazenar e dispensar diferentes tipologias de fardas.
- A unidade de recolha de roupa suja deve ter uma capacidade mínima de 300 peças.
- O equipamento de leitura massiva de limpos e sujos deve efetuar a leitura de um carro cheio, sem necessidade de manipulação de conteúdo.
- O equipamento de leitura massiva de limpos e sujos deve dispor de sinalética visual do estado de funcionamento do equipamento.
- O leitor portátil deve permitir contagens de inventário rápidas.
- As antenas a instalar no interior do hospital devem atualizar o sistema automaticamente.
- As antenas devem ao ler a tag emitir um alarme sonoro e/ou luminoso, parametrizável em função do local.
- Sistema de validação automática de carga.

Requisitos técnicos de software

O sistema deve permitir o controlo de todas as peças de roupa no hospital, tanto na entrada, como na saída da roupa, e no interior através de um sistema de RFID. Deve ser considerada a existência de antenas para colocar em portas que permitam localizar a roupa hospitalar e fardamento.

O software deve:

- Registrar a entrada de roupa limpa na roupa e atualizar imediatamente o stock.
- Definir o stock mínimo de roupa geral e de doente para cada serviço e informar em caso de necessidade de reposição de stock.
- Registrar a saída de roupa suja para a lavandaria externa e atualizar de imediato o stock.
- Permite a rastreabilidade e a consulta do histórico de cada peça, o controlo do número de lavagens e aviso em caso de definição de reprocessamentos máximos configurados por peça.
- Acessos diferenciados configurados de acordo com as permissões autorizadas pelo gestor do serviço/ hospital.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

- Controlo do stock em cada equipamento dispensador de limpos.
- Controlo dos níveis de reabastecimento.
- Gestão de stocks de fardamento e roupa hospitalar.
- Aviso aquando situações de pré-ruptura de stocks de fardamento e roupa hospitalar.
- Acesso através de interface web.
- Consulta de informação por máquina dispensadora, referente a cada profissional e serviço.
- Controlo de peças sujas por unidade de retorno.
- Controlo de nível de capacidade por unidade de retorno.
- Contabilização de número de lavagens por peça.

Software das máquinas dispensadoras:

- O software deve permitir a identificação personalizada de cada utilizador através de dados biométricos, cartão de utilizador, dados biométricos, número mecanográfico, em cumprimento com a legislação em vigor do RGPD.
- Deve permitir visualizar aos utilizadores os fardamentos disponíveis ainda não atribuídos, na modalidade de créditos configurável por profissional.
- Identificação do profissional e da peça dispensada.
- Após devolução de peça suja deve ser reposto o crédito ao profissional.
- O software deve permitir o registo nominativo das peças dispensadas aos profissionais.
- Sistema de carregamento rápido e fácil com duração máxima de 1 minuto por 100 peças.
- Possibilidade de consulta no software do stock de cada dispensador por tipologia, cor, tamanho.
- Capacidade de autonomia em falha de rede informática, sendo que a atualização do stock efetuada posteriormente.
- Sistema que permita uma gestão modular, para que se necessário no futuro, seja acrescentados dispensadores e unidades de retorno, utilizando o mesmo sistema de controlo.
- Interface que possibilite uma interação rápida e fácil do utilizador, com poucos passos para obter o serviço pretendido.
- Informação ao utilizador em língua portuguesa.

Software das máquinas de retorno de roupa suja:

- Deve permitir uma capacidade mínima de 300 peças sujas.
- Devolução automática das peças de fardamento em modalidade de créditos ao profissional, com atualização imediata no sistema.
- Capacidade de autonomia em falha de rede informática, sendo que a atualização do stock efetuada posteriormente.
- Aviso sempre que esteja a atingir a capacidade máxima.
- Informação ao utilizador em língua portuguesa.

Software do equipamento de leitura massiva

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

- Deve registar todas as peças limpas e sujas que são lidas e recebidas/enviadas para a lavandaria externa.
- Deve atualizar automaticamente o stock.
- Informação ao utilizador em língua portuguesa.

Requisitos técnicos do leitor portátil:

- Deve estar equipado com o software necessário que permita a integração automática para uma atualização imediata do sistema.

2. Outros serviços e desenvolvimentos.

Sempre que forem considerados desenvolvimentos adicionais e na própria apresentação da proposta, deverão ser sempre referenciados o Valor hora/homem base do cálculo dos serviços. No que respeita à aquisição de serviços adicionais, mais concretamente no que concerne ao Valor hora/homem, a entidade não poderá ultrapassar os valores de referência por perfil seguintes:

- Gestor de Projeto – 65,00€/hora
- Arquiteto – 55,00€/hora
- Consultor tecnológico – 32,50€/hora
- Consultor Funcional – 50,00€/hora
- Consultor Estratégico – 62,50€/hora
- Webdesigner – 32,50€/hora.

Artigos e Quantidades

Os artigos e quantidades a adquirir serão os seguintes:

Equipamento	Quantidade
Dispensador Limpos (capacidade mínima de 500 e máxima de 1000 peças)	De 2 a 4 dependendo da capacidade
Dispensador Sujos (capacidade mínima de 300 peças)	2
Armários de Leitura Massiva Limpos/Sujos	2 (1 Limpos e 1 Sujos)
Leitor portátil	1
Antenas	21
Software de Gestão Roupa Hospitalar	1

VALOR DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem o valor de 364.125,00 € (trezentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e cinco euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor num total com IVA de 447.873,75 € (quatrocentos e quarenta e sete mil

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

oitocentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos) conforme candidatura POCI-05-5762-FSE-000409 SAMA , distribuído do seguinte modo:

Descrição	Valor
Hardware	82.277,06 €
Software	198.957,94 €
Instalação, configuração testes e formação	77.890,00 €
Total	364.125,00 €

O valor da candidatura é o seguinte:

Atividade	Designação	Valor (s/IVA)
4	Aquisição da solução de dispensador de fardamento e gestão de lavandaria.	251.276,70 €

Caso seja adjudicado um valor superior ao aprovado na candidatura, O HDFF, EPE suportará a diferença.